Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A CIÊNCIA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA
A Atividade científica nos planos da Fundação Brasil Central (1943-1967)

SCIENCE IN THE CONTEXT OF FRONTIER EXPANSION
Scientific activity in the plans of the Central Brazil Foundation (1943-1967)

PEDRO HENRIQUE M. CARDOSO[1]

RESUMO
Este artigo analisa as pesquisas científicas organizadas pela Fundação Brasil Central (FBC) em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais, entre os anos de 1943 e 1967. O período em questão corresponde ao tempo de existência da referida instituição. Grande parte destas pesquisas se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais do território Brasil Central. A FBC tinha como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados do Mato Grosso, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar o processo de intervenção do Estado sobre o território, marcado pelo avanço sobre a fronteira, a partir da política científica desenvolvida no âmbito de atuação da FBC. Entendemos que tais estudos e pesquisas propostas por estas instituições possuíam não apenas a finalidade de abranger questões relacionadas ao conhecimento propriamente dito, mas também possuíam o objetivo de servir de instrumento de dominação territorial nos quadros de um capitalismo dependente e periférico.

Palavras-chave: Ciência. Território. Fronteira. FBC

ABSTRACT
This article analyzes the scientific research organized by the Fundação Brasil Central (FBC) in partnership with national and international research institutions, between 1943 and 1967. The period in question corresponds to the time of existence of the aforementioned institution. Much of this research was configured as important scientific undertakings, aimed at understanding the natural potential of the Central Brazilian territory. The FBC's objective was to foster the economic and social development of the Central-West region, with its area of operation being the states of Mato Grosso, Goiás, as well as the then called Federal Territory of Rondônia (current State of Rondônia) and the Federal District. In view of this, the objective of this research is to analyze the process of State intervention in the territory, marked by the advance of the

[1] Professor efetivo de História das Secretarias de Educação dos Estados de Mato Grosso (SEDUC-MT) e Goiás (SEDUC-GO). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). E-mail: pedro.cardoso@edu.mt.gov.br

frontier, based on the scientific policy developed within the scope of FBC's activities. We understand that such studies and research proposed by these institutions had not only the purpose of covering issues related to knowledge itself, but also had the objective of serving as an instrument of territorial domination within the framework of a dependent and peripheral capitalism.

Keywords: Science. Territory. Border. FBC.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão é parte de exaustivo trabalho de análise da documentação oficial da extinta Fundação Brasil Central (FBC), órgão criado em 1943, sendo substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967. A intensa produção de estudos e pesquisas técnicas e científicas direcionadas ao território Brasil Central[2] destaca-se como um dos elementos principais da atuação da FBC. Tais estudos e pesquisas foram realizados por indivíduos ou grupos vinculados a instituições nacionais e estrangeiras e, toda essa movimentação de pesquisadores em nosso território já vinha sendo fiscalizada pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Cientificas no Brasil (CFE), órgão criado em 1933 e que teve sua extinção também em 1967. A partir de 1943, o CFE passou a receber apoio logístico da FBC, órgão criado naquele ano com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Em 1967, juntamente com o CFE, a FBC foi extinta, ficando com a SUDECO a responsabilidade de seguir com os trabalhos da antiga FBC.

A FBC possuía como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados de Mato Grosso, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal. Esta instituição procurou orientar investimentos públicos e privados para as áreas em que atuou, coordenando e distribuindo as atividades econômicas. Desta forma, as medidas tomadas por este órgão levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; e

[2] Diante da dificuldade de pontuar precisamente as áreas de atuação da FBC, tendo em vista que esta instituição atuou em territórios das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, no decorrer deste estudo utilizaremos o termo ‘Brasil Central’ para nos referirmos a estas áreas.

esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

Grande parte das pesquisas organizadas pela FBC se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais do território Brasil Central. Muitos destes estudos ocorreram em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar o processo de intervenção do Estado sobre o território, marcado pelo avanço sobre a fronteira, a partir da política científica desenvolvida no âmbito de atuação da FBC. Para tanto, foi realizada uma análise exaustiva dos documentos primários relativos aos programas de pesquisa científica que ocorreram sob o domínio desta instituição. Nesse sentido, observa-se que a Ciência foi mais um recurso – não menos importante do que os demais – utilizado no processo de dominação e ocupação do interior do território nacional, pois tais pesquisas contribuíram diretamente para o conhecimento acerca das riquezas naturais do Brasil Central, bem como para a sistematização das potencialidades econômicas da região.

A produção historiográfica a respeito da FBC tem avançado, sobretudo a partir do início dos anos 2000. À vista disso, vale destacar as produções de Dulce Portilho Maciel, considerada uma das pioneiras nos estudos sobre a FBC. Dentre os vários artigos escritos pela professora Dulce, destaca-se o artigo *Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro,* publicado em 2005 pela Revista Plurais. Além disso, é importante salientar as recentes contribuições de João Marcelo Ehlert Maia, com seu livro *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central,* publicado em 2012 pela editora FGV. No entanto, pouco se sabe sobre as atividades científicas desenvolvidas pela FBC, o que justifica a presente análise.

Ressalta-se a opção pelo materialismo histórico dialético como perspectiva basilar fundamental na busca pela compreensão do tema proposto, pois, de acordo com essa concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social (MARX, 2008). Em função disso, a discussão sobre ciência, Estado, fronteira e instituições parte da premissa de que tais elementos integram a dinâmica do modo de produção capitalista – modelo que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas sociais, e que possui, portanto, uma condição histórica.

1. ESTADO, FRONTEIRA E FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Compreender, a respeito do período estudado, em que estrutura social as ações do Estado brasileiro se materializaram, por meio da atuação da FBC, é condição imprescindível para esta análise. Nesse sentido, segundo a abordagem materialista da história a sociedade se constitui a partir de dois níveis, a saber, o nível da estrutura – que corresponde ao conjunto das forças produtivas – e o nível da superestrutura – compreendida como espaço da estrutura jurídico-política e da ideologia. De acordo com Gramsci (1984), é na superestrutura que se identifica o Estado. Ou seja, no âmbito das instituições políticas (governo, exército, tribunais, etc.), mas também no âmbito das instituições civis (igreja, escola, família, etc.).

Dessa forma, seguindo a perspectiva de Gramsci, o conceito de Estado se apoia no entendimento de que, seu papel nas sociedades ocidentais passa pela compreensão de duas esferas que existem no interior das superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil. Por outro lado, é preciso esclarecer, antes de tudo, que "os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal)" (COUTINHO, 2011, p. 25).

Entende-se por sociedade política, desse modo, o conjunto das forças burocráticas de uma sociedade responsável pela coerção. Ou seja, os aparelhos coercitivos controlados pela classe dominante para manter o monopólio da violência, sendo o governo e o exército os principais representantes do poder coercitivo. Em contrapartida, a sociedade civil corresponde às instituições responsáveis por formular e transmitir as ideologias, ou seja, instituições que buscam dominar pelo consenso. Em suma, a junção entre sociedade política (que possui como função social a dominação pela coerção) e sociedade civil (que possui como função social a dominação pelo consenso) equivale à ideia de Estado para Gramsci.

A FBC foi criada durante o Estado Novo (1937-1945). Naquele período, as políticas de expansão da fronteira ganharam novo alento. Este regime político ditatorial, amparado por forças militares, logo tratou de colocar em prática o desejo de nacionalizar definitivamente as fronteiras do país. Para tanto, foi lançada ainda no ano de 1937, a campanha da Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Esta campanha

engendrou uma série de iniciativas marcadas pela intervenção direta do Estado sobre o território. Vale destacar, como exemplos de ações organizadas no âmbito da Marcha, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o estabelecimento da Expedição Roncador-Xingu, e a criação da Fundação Brasil Central (FBC).

Na década de 1930 o território Brasil Central foi tido como o grande espaço geográfico a ser desbravado, devido às suas potencialidades econômicas. Este fenômeno de ocupação da fronteira, através da ação estatal, caracterizava uma das etapas do processo de expansão do modo de produção capitalista pelo Brasil – o da integração territorial. Entretanto, outra questão importante sobre o trabalho de ocupação da fronteira é que este não esteve submetido somente ao Estado. Nesse caso, o Estado fomenta políticas públicas que, em última instância, estabelecem a montagem de infraestruturas que favorecem, predominantemente, a apropriação da terra por empresas privadas. Vale destacar aqui, como exemplo, o grande número de fazendas-empresas que foram instaladas no Centro-Oeste do Brasil, através de ações estatais.

Por outro lado, quando tratamos de fronteira, o discurso sobre sua realidade não deve se concentrar apenas nas ações dos agentes hegemônicos. Em outras palavras, é necessário enfatizar a participação de outros elementos sociais neste processo de ocupação territorial. Ou seja, a fronteira como palco das classes subalternas, sendo o trabalhador rural um exemplo destas. Diante desta questão depreende-se que a fronteira é um espaço diverso, heterogêneo, em constante construção. De acordo com Bertha Becker (1981, p.3):

> A fronteira é, portanto, complexa e multifacetada, e por isso difícil de ser generalizada; embora contendo um traço estrutural, não é homogênea em todos os lugares. As generalizações macroeconômicas não conseguem captar a diversidade contida na unidade; a partir de estudos a nível de grupos, torna-se difícil extrapolar as situações para o conjunto da fronteira. A dificuldade de compreensão da fronteira pode, pois, decorrer do fato de não se ter encontrado a escala adequada à sua análise, e a perspectiva espacial da Geografia pode contribuir para a análise da questão mostrando a diversidade contida na unidade, a coexistência da tendência nuclear com a diversificação dos fatos.

Segundo Martins (1997, p.13) “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial,

porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora". Uma característica interessante dos estudos desenvolvidos por José de Souza Martins sobre a fronteira foi a de romper com a historiografia tradicional que, em suas defesas, colocava a fronteira como espaço de inovação e progresso. Este autor, por seu lado, refuta esta tese apresentando outra faceta sobre a fronteira: o de ser um território marcado pela violência. Ou seja, um espaço de contato entre diferentes povos, onde os mais fracos – em grande medida indígenas e camponeses – estão submetidos à repressão imposta pelos mais fortes – latifundiários, principalmente.

O deslocamento de massas demográficas em direção à fronteira, especialmente os movimentos de expansão demográfica alavancados pelo Estado, revelam o verdadeiro caráter da dialética territorial do poder. Neste contexto, as frentes de expansão e a frente pioneira, típicas do processo de ocupação da fronteira, desvelam o modo pelo qual o capitalismo se reproduz em sua variante territorial.

Nesse processo, faz-se necessário distinguir as noções de frente de expansão e frente pioneira, pois, como se sabe, a existência de tais frentes está intimamente ligada à questão da fronteira no Brasil e, consequentemente, ligada à questão agrária do país. Vale lembrar que ambas as concepções expressam formas distintas de compreender a fronteira que, em último caso, revelam a ideia de fronteira da civilização, isto é, as diferentes formas de um mesmo processo: a expansão territorial dos "civilizados". De acordo com Martins (1997, p. 152):

> A designação de frentes de expansão [...] expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.

É difícil estabelecer uma definição precisa para as chamadas frentes de expansão, pois esta concepção ainda é centro de muitos estudos polêmicos no campo da História, da Antropologia e da Geografia. Em suma, a frente de expansão corresponde ao processo de ocupação territorial em que a "sociedade branca" amplia seus domínios sobre territórios tribais (MARTINS, 1982). Contudo, Martins (1997) destaca a querela que esta concepção promove em meio aos debates sobre o tema

afirmando que:

> Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente, era expansão da fronteira da civilização. (MARTINS, 1997, p. 154-155).

No que diz respeito à frente pioneira, esta apresentou outra realidade sobre o modo de enxergar a questão da fronteira no Brasil. A designação de frente pioneira estrutura-se numa base que permite analisar a fronteira do ponto de vista da modernização econômica. Em outras palavras, a fronteira é pensada como um espaço apto a receber as inovações da expansão capitalista. Nesta perspectiva, as populações pobres, os mestiços, os pequenos agricultores, além de uma série de tribos indígenas, também habitantes da fronteira, são colocadas à margem deste processo de modernização. Conforme Martins (1997, p. 153):

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.

Em resumo, com o avanço do modelo capitalista de produção sua expansão atingiu novos territórios. Portanto, as terras ocupadas pela frente de expansão passaram a sofrer mais uma forma de intervenção, caracterizada pela frente pioneira. Esta, por sua vez, motivada pelos grandes empreendimentos capitalistas preocupados em estruturar novos padrões de acumulação sobre o território, isto é, na fronteira. Percebe-se, a partir desta análise, a dependência que o capitalismo possui de expandir-se com o propósito de criar novos mecanismos de geração de lucro. Neste sentido, a frente pioneira foi a estratégia deste sistema para atingir tal objetivo. De acordo com Wood (2000, p. 14):

> Esse sistema único de dependência do mercado implicou a existência

> de algumas “leis do movimento” muito especiais, compulsões e exigências sistêmicas específicas que nenhum outro modo de produção exigiu: os imperativos da competição, acumulação e maximização do lucro. E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam – permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente.

O principal programa de expansão territorial organizado pelo governo brasileiro durante o século XX foi a Marcha para o Oeste. Esta, por sua vez, desencadeada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, representava uma iniciativa do Estado em promover a ocupação do território Brasil Central, sendo o objetivo fulcral deste programa, o de ocupar e desenvolver os chamados “espaços vazios” do Centro-Oeste do país. Para tanto, o governo organizou uma série de políticas de migrações no intuito de deslocar massas demográficas para estes espaços, na tentativa de resolver o problema do desequilíbrio existente entre as demais regiões do país.

A ocupação do Centro-Oeste significava também uma fase precedente do projeto de ocupação da Amazônia, sendo a conquista do interior brasileiro fundamental para o plano progressista do governo Vargas de integração nacional. Diante do exposto, a estratégia da Marcha para o Oeste, no que concerne à materialização de seu objetivo, correspondia ao estabelecimento de colônias agrícolas, a construção de estradas, incentivo à produção agrícola, além de estabelecer políticas de migrações para o Brasil Central.

Por outro lado, o processo de regulação estatal sobre o território não pode ser atribuído, de forma inaugural, ao momento pós Levante de 1930. Segundo Maia (2012), no início da Primeira República o Estado já vinha se esforçando em promover ações de domínio territorial em regiões do centro do país. Como exemplo disto, é importante destacar a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a política de investimentos agrícolas desencadeada no auge da chamada “Política do café com leite” e, se atentarmos para o final do século XIX, as expedições científicas e militares lideradas pelo Marechal Rondon no interior do país. Todas estas ações marcam estratégias do Estado em expandir seu domínio pela fronteira.

A Marcha para o Oeste contou com uma forte propaganda veiculada pela

imprensa da época. Sobre isto, destaca-se o papel desempenhado, principalmente, pelas revistas *Novas Diretrizes* e *Cultura Política* e pelo jornal *A Manhã.* Estas mídias apresentavam em suas publicações várias reportagens abordando a questão da importância da Marcha para o Oeste para o Estado brasileiro. É importante observar, todavia, que a propaganda produzida por agentes da mídia não se concentrava apenas nos grandes centros urbanos do país (o caso da revista *Novas Diretrizes*, por exemplo, publicada no Rio de Janeiro), pois era possível perceber essa campanha em revistas de pouca expressão a nível nacional. Cita-se aqui, como exemplo, o caso da revista *Oeste,* publicada na cidade de Goiânia entre os anos de 1942 e 1944.

No campo intelectual, algumas obras foram produzidas simultaneamente ao momento de consolidação da Marcha para o Oeste. Sobre esta questão, destaca-se o livro de Cassiano Ricardo, intitulado *A Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil,* publicado em 1940. Cassiano trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar (censurar) os meios de comunicação – desempenhando a função de censor. Assim sendo, seu livro possuía um forte caráter ideológico, pois apresentava a Marcha como um elemento fundamental para a constituição do Estado brasileiro.

Em junho de 1943 foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, como parte do programa da Marcha para o Oeste. A Expedição, assinada pelo Coordenador da Mobilização Econômica, o Ministro João Alberto Lins de Barros, tinha como objetivo estabelecer uma via de comunicação entre a região Sudeste e a Amazônia, através do Centro-Oeste brasileiro. Isto é, promover a integração da Amazônia às demais regiões do país a partir do processo de ocupação do chamado Brasil Central.

É notório que a iniciativa do Estado brasileiro em desbravar o interior do país marca um dos processos de avanço da globalização. Por outro lado, tal iniciativa foi motivada também, pelo temor do governo brasileiro de sofrer intervenções de caráter imperialista por parte das potências capitalistas envolvidas na II Guerra Mundial. Um fato que comprova esta ideia reside no grande movimento de pesquisadores estrangeiros em terras brasileiras, sobretudo em regiões consideradas pelas autoridades da época como “espaços vazios”. Estes espaços, portanto, eram considerados como atrasados do ponto de vista do progresso técnico-científico.

Segundo Maciel (2005, p.150):

> Havia na época da guerra, em meios pensantes da Europa e mesmo da parte de certas autoridades, a ideia de que o caráter imperialista do conflito devia-se, em grande parte, à situação de superpovoamento daquele Continente. Assim, a solução para este conflito, bem como para a prevenção de outros, seria uma distribuição mais uniforme da população mundial, mediante o deslocamento de contingentes populacionais de regiões e localidades excessivamente povoadas (neste caso, falava-se das grandes cidades, referindo-se, principalmente, a suas legiões de desocupados), para as vastas áreas vazias do planeta, aí considerados, naturalmente, os territórios idealmente mais propícios à habitabilidade como, por exemplo, o Planalto Central brasileiro, quiçá a Amazônia.

O grande potencial territorial brasileiro o colocava numa situação de risco diante das políticas imperialistas das nações envolvidas na II Guerra Mundial. Posto isto, a Expedição Roncador-Xingu oficializou-se em setembro de 1943, por Decreto-Lei, como uma expedição de cunho militar, mobilizando através do discurso governamental de integração nacional, vários recursos estatais e privados. Manuel Rodrigues Ferreira (1997, p.16) relata que:

> A Expedição Roncador-Xingu seria composta por 40 homens, tendo como chefe o Cel. Flaviano de Matos Vanique e subchefe Francisco Brasileiro. Ficou decidido que essa Bandeira partiria da cidade de São Paulo, numa homenagem à Terra das Bandeiras. Na capital paulista a indústria e o comércio fizeram vultuosas doações de matérias e alimentos à Expedição.

Ainda em 1943, o Estado brasileiro intensificou seu projeto de integração territorial do país – expresso na Marcha para o Oeste – com a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Esta, uma instituição que teve como objetivo realizar a colonização de regiões do centro do país, estando diretamente vinculada à presidência da República. A FBC, portanto, se revelou como um instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Neste sentido, de intervenção e ocupação da região, sua atuação abrangeu as áreas dos "territórios do estado de Goiás, do Distrito Federal (quadrilátero inserido no território do primeiro) e dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará." (MACIEL, 2005, p. 149).

Com a criação da FBC, o governo federal tomou como medida submeter a esta

instituição a Expedição Roncador-Xingu, além de designar ao Ministro João Alberto Lins de Barros a responsabilidade de assumir a presidência da FBC. Segundo Maciel (2015, p. 248-249), a incumbência mais urgente da FBC seria, então, "a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar".

O desbravamento do território Brasil Central proposto pela Marcha para o Oeste se deu através de duas frentes de trabalho: o serviço de vanguarda e a introdução de infraestruturas. A primeira ficou sob a responsabilidade da Expedição Roncador-Xingu e a segunda a cargo da FBC, respectivamente. O Marco Zero deste projeto de integração territorial, onde as atividades se iniciaram, localizava-se à margem direita do Rio Araguaia na altura da barra do Rio das Garças – atualmente, cidade de Aragarças, em Goiás. De acordo com Ferreira (1997, p. 18):

> No dia 10 de Setembro de 1943, às 10 horas da manhã, depois de rezada missa em ação de graças, pelo Vigário Padre Vitório Lovato, italiano, capelão-de-guerra, salesiano, sediado em Araguaiana, foi inaugurada a cruz de madeira no início da jornada, o Marco Zero. Surgia assim, a futura cidade de Aragarças, distante dois quilômetros da corruptela Barra Goiana. (Aragarças é contração de Araguaia e Garças).

Na medida em que a Expedição Roncador-Xingu avançava, novos postos de apoio eram estabelecidos. Vale destacar, além de Aragarças, o posto de Xavantina, nas proximidades do Rio das Mortes, e o posto do Jacaré no Rio Coluene, já na região do Alto Xingu. A montagem da infraestrutura nas regiões exploradas pela frente de vanguarda ficou a cargo, como já foi dito, da FBC. Dentre as principais atividades de infraestrutura que eram promovidas por esta instituição, destacam-se: a construção de campos de pousos, de rodovias, de pequenas indústrias, a instalação de serviço de correios, etc. Ou seja, elementos necessários para a fundação de núcleos urbanos.

Como enfatizamos, desde a sua criação em outubro de 1943, a FBC assumiu a responsabilidade central no processo de ocupação do Brasil Central. Para isto, esta instituição contava com um quadro de pessoal amplo. Além disso, foram muitos os casos de pessoas que se colocavam a disposição da FBC, de maneira voluntária e aventureira, para compor as equipes de vanguarda da Expedição Roncador-Xingu. Esta atitude, portanto, pode ser explicada pelo discurso nacionalista reproduzido pelo

governo brasileiro da época – O Estado Novo. A exemplo disto podemos citar o caso dos irmãos Villas Boas que, numa atitude quase romântica, abandonaram seus empregos em São Paulo e partiram rumo ao sertão do Centro-Oeste brasileiro.

Outro importante aspecto do exercício da FBC está relacionado ao controle que esta instituição exerceu sobre determinadas empresas. Entre elas, destacam-se: a Usina Central Sul-Goiana S.A., em Santa Helena, município localizado no Estado de Goiás; a Usina Fronteira S.A., localizada no município de Frutal, em Minas Gerais; a firma Entrepostos Comerciais FBC Ltda, com sede em São Paulo e filiais em Minas Gerais, Goiás e Pará; a Transportadora Amazonas Ltda, em Belém, no Estado do Pará; a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), localizada no Pará. Destas, a última foi conferida à FBC por decisão governamental (MACIEL, 2005).

2. EXPEDIÇÕES E PESQUISAS CIENTÍFICAS SOB A TUTELA DA FBC

A evolução da ciência e da tecnologia é componente fundamental para a consolidação da modernização economia. Segundo Tamás Szmrecsányi (2001) é preciso definir o papel do progresso técnico, distinguindo as descobertas e invenções das inovações tecnológicas propriamente ditas, pois, apenas estas últimas compõem o processo de desenvolvimento econômico. Tais inovações tecnológicas passam a fazer parte deste processo, "[...] através dos mecanismos de indução e de difusão do progresso técnico". (SZMRECSÁNYI, 2001, p.156). Quanto ao progresso do conhecimento (progresso científico), este é acelerado pelo progresso técnico a partir das exigências do sistema econômico.

No Brasil, em particular, a consciência da necessidade de se implantar uma política de desenvolvimento científico ganhou mais força nos últimos anos da década de 1940, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra. Nesta época, a elite nacional, não alheia ao contexto político-militar da guerra fria, passou a compartilhar da crença de que a atividade científica era condição para o florescimento do país. De acordo com Andrade (1999, p. 107-108), "a produção de conhecimentos científicos e de energia nuclear eram tidos como as soluções para superar o atraso crônico da nação e como forma de ostentar a grandeza cultural e o poder político-militar".

No final da década de 1940, ainda no governo Dutra, foi proposto ao Congresso Nacional o projeto nº 260/49, cuja finalidade era a de criar o Conselho Nacional de

Pesquisas (CNPq). Esta iniciativa partiu da soma de esforços de alguns cientistas brasileiros e de membros da Marinha e do Exército; grande parte deles estudiosos da Física, da Biologia e da Química. Entre os nomes que se destacaram neste contexto, vale lembrar os de Álvaro Alberto e César Lattes[3]; importantes personalidades da ciência brasileira e que deixaram como legado uma série de contribuições no campo do conhecimento científico, sobretudo na Física.

Álvaro Alberto foi um dos pioneiros na luta pelo estabelecimento, no Brasil, de uma política científica autônoma. Seguiu carreira militar, chegando ao posto de vice-almirante da Marinha. Além disso, fundou a Sociedade Brasileira de Química em 1922 e atuou como professor de Química dos explosivos na Escola Naval entre os anos 20 e 30. Entre 1935 e 1937, Álvaro Alberto dedicou-se ao ensino de química industrial na Escola Técnica do Exército. Em 1942 assumiu a chefia do Departamento de Ciências Físicas da Escola Naval, sendo, também, duas vezes presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). No entanto, a grande contribuição de Álvaro Alberto para a ciência brasileira diz respeito a sua atuação na criação de duas instituições, a saber: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949; e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), fundado em 1951 (GARCIA, 2000).

A Ciência, enquanto campo destinado a perquirir os preceitos da realidade, se constitui de fato como uma atividade humana de grande relevância. Sendo a Ciência, portanto, um domínio da racionalidade, sua dimensão transpassa qualquer limite de caráter político ou cultural. Já do ponto de vista econômico, quando a Ciência é aplicada para fins produtivos, gerando consequentemente a produção de tecnologia, o desenvolvimento da atividade científica se limita às exigências emergidas dos ciclos produtivos do mercado. Em ambos os limites expostos, nota-se que tanto a ciência quanto a tecnologia são domínios humanos que atingem o mundo em sua completude. Por outro lado, nem todas as regiões do globo desfrutam, da mesma maneira, dos benefícios da evolução científico-técnica.

A partir do século XX, sobretudo com o avanço dos ideais nacionalistas no país, as pressões para o estabelecimento de uma política que visasse proteger as fronteiras nacionais das investidas de cientistas estrangeiros começaram a ganhar folego.

[3] César Lattes foi o físico brasileiro que participou da descoberta do *méson pi*. Além disso, foi sócio da Academia Brasileira de Ciências (ABC), sendo também fundador e diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

Diante disso, em 1933, durante a chamada Era Vargas, foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE). Grande parte das missões científicas que a FBC ofereceu apoio passou pela fiscalização do CFE.

Em primeiro lugar, foi através da análise dos documentos da FBC que chegamos ao CFE, ou melhor, à consciência da existência deste órgão. Como a trajetória histórica deste órgão se entrelaça à história da FBC, é de suma importância entender a relação destas duas instituições com a atividade científica estrangeira no Brasil. Sendo assim, sabe-se que:

> O Decreto Nº 22.698, de 11 de maio de 1933, do Governo Provisório, regulamentava o exercício de controle do Estado sobre as expedições científicas e artísticas em território brasileiro, tanto as estrangeiras como as nacionais privadas, ao mesmo tempo em que determinava a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFE. O novo órgão localizar-se-ia no âmbito do Ministério da Agricultura, subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, instância à qual já antes se vinculavam diversas instituições voltadas para a pesquisa, em vários campos de conhecimento, frequentemente, com a colaboração de pesquisadores estrangeiros (MACIEL, 2006, p.11).

Isto posto, o CFE passou a ser o órgão brasileiro responsável por analisar e deliberar os pedidos de licença realizados por pesquisadores, fossem eles vinculados a instituições de pesquisa nacionais ou internacionais, que possuíssem interesse em empreender algum tipo de expedição científica em território nacional. Vários eram os objetivos destas expedições, destacando-se, entre elas, aquelas que tinham como propósito explorar a fauna e a flora brasileiras, e principalmente aquelas destinadas a coletar dados sobre o potencial mineralógico das terras brasileiras.

Segundo Grupioni (1998, p. 48), “as regiões Norte e Centro-Oeste atraíram mais da metade dos expedicionários que se embrenharam pelo território brasileiro durante os anos de vigência do Conselho”. É neste ponto que o CFE se conecta à FBC, pois a atuação desta última correspondia justamente ao território Brasil Central – abarcando aí o Centro-Oeste brasileiro e algumas localidades da região Norte. Com a criação da FBC, em 1943, o CFE passou a receber apoio logístico desta instituição. Além disso, outro ponto relevante sobre a trajetória do CFE que vale a pena destacar é que, em 1951, foi subordinado ao CNPq – entidade que assumiu grande parte das

funções do CFE após sua extinção.

A documentação da FBC é bem vasta. Como nossa análise se restringe apenas aos estudos e pesquisas que ocorreram no âmbito desta instituição, a documentação selecionada abarca, principalmente, os estudos e pesquisas sobre os grupos indígenas, recursos minerais e a fauna e flora do Brasil Central. O acervo da FBC, neste aspecto, é bem volumoso, ou seja, contém muitos documentos a respeito dos estudos e pesquisas que foram realizados sob seu domínio, durante seus 24 anos de existência.

A documentação revela uma grande quantidade de pesquisas desenvolvidas por indivíduos vinculados a universidades e empresas, sobretudo de outros países. Estas pesquisas ocorriam na forma de grandes "expedições científicas" destinadas a coletar amostras de minerais, de espécimes de animais e vegetais, além de objetos produzidos pelos grupos indígenas que habitavam as regiões visitadas. "A expressão expedição científica era usada para designar o deslocamento de equipes para uma determinada área geográfica, com vistas a [...] realizar pesquisa e obter dados e conhecimentos científicos" (MACIEL, 2006, p.2).

O interior do Brasil, sobretudo as regiões que correspondem à Amazônia e o Brasil Central, sempre foi alvo dos interesses estrangeiros, desde os tempos da colônia. A partir do século XIX, por exemplo, a presença de pesquisadores estrangeiros de várias nacionalidades, em território brasileiro, foi constante. Grande parte destes pesquisadores naturalistas interessados nas riquezas naturais do Brasil. Reis (1968, p. 99) questiona o interesse destes pesquisadores a partir das seguintes indagações: "Faziam ciência pela ciência? Procuravam descobrir pelo prazer da aventura científica, sob a sensação das façanhas com que se notabilizariam? Ou na verdade estavam trabalhando para seus governos e estes visando a alguma coisa mais?".

É inegável que as missões científicas estrangeiras empreendidas em território brasileiro tenham causado certo incômodo ao Estado brasileiro. A criação de órgãos de fiscalização, como o CFE, é um exemplo disto. Também não pode ser desconsiderado que, desta preocupação, muitas instituições com vistas à produção científica foram fundadas em território nacional, sendo o CBPF e o CNPq, também exemplos. Segundo Azevedo (1994, p. 41) "é uma época que se inaugura de

inquietação intelectual, penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas". No entanto, se atentarmos para as indagações de Reis, o próprio curso histórico do século XX, marcado pelas investidas do capital imperialista, confirma que a ciência foi tida como um grande negócio. Nas palavras do próprio Reis:

> As expedições científicas que percorreram a Amazônia, de princípios do século XIX ao século XX, integradas principalmente por europeus realmente de alto nível realizaram uma obra notável no particular do inventário do que a região valia, no que a caracterizava mais visivelmente, e naquilo em que podia ser útil aos interesses da humanidade. Não condicionada essa visitação intensiva a qualquer participação brasileira, que não esteve ausente do trabalho de pesquisa, antes comparecendo com boas equipes às quais não se fez a necessária justiça, foi efetuada com intenções que não eram unicamente ligadas aos objetivos distantes ou imediatos da ciência. [...] Disse muito bem Victor W. Von Hagen, ao biografar Spruce[4], que aqueles naturalistas viajantes 'eram precursores de grandes negócios'. Mais – 'puseram à disposição dos agentes de negócios um livro-guia das riquezas da Amazônia'. Exato. (REIS, 1968, p. 103).

A documentação produzida pela FBC revela que, por mais que o Estado brasileiro tenha se esforçado em procurar meios para defender a integridade territorial do país, este esforço não impediu que pesquisadores de várias nacionalidades – principalmente da Europa e dos EUA – explorassem e extraíssem uma grande quantidade de riquezas naturais do Brasil. Como já salientado, estes pesquisadores não se deslocavam para o Brasil motivados apenas pelas descobertas científicas que poderiam obter, pois, antes de tudo, eram representantes dos interesses mercantis e políticos de seus respectivos países.

Sabe-se, também, que muitas destas missões científicas escondiam seus verdadeiros propósitos. Muitos pesquisadores chegavam ao Brasil com a premissa de trabalhar na pesquisa para a descoberta de determinada doença, por exemplo, quando na verdade estavam mesmo interessados em extraviar elementos da fauna e flora brasileiras. Com a criação do CFE esta prática ficou mais difícil, mas não se findou. Parece, portanto, oportuno reproduzir o seguinte episódio:

[4] Richard Spruce era britânico e naturalista. No final dos anos de 1840 iniciou sua expedição na Amazônia brasileira, com o objetivo de coletar espécimes de vegetais da região.

> Para que se tenha ideia do tipo de material que se coletava no país, destinado a exportação para nações estrangeiras, um incidente ocorrido entre o CFE e a Fundação Rockfeller constituiu-se em caso exemplar. No inicio de 1937, o CFE embargou a exportação, por integrantes daquela organização norte-americana, de uma carga constituída de 14 volumes, sendo que dez deles continham peles de animais e os restantes, entre caixas e engradados, guardavam animais vivos. A organização achava-se em nosso país para atuar em colaboração com o Serviço de Febre Amarela do Ministério da Educação e Saúde (MACIEL, 2006, p.13).

Continuando, a FBC atuou no planejamento e organização de muitas expedições científicas direcionadas ao Brasil Central. No entanto, estas expedições também ocorriam por meio de parcerias entre a própria FBC e instituições – laboratórios de pesquisa, universidades, centros de estudo, entre outras – interessadas em estudar as reservas naturais do centro do país, muitas delas desconhecidas. Neste último caso, a instituição desejosa de promover determinada expedição enviava ofício à FBC, solicitando autorização e, em muitos casos, auxílio. Na maioria das vezes este auxílio chegava em forma de apoio logístico a estas expedições – recursos financeiros, transporte, alguns elementos de infraestrutura.

O trabalho de desbravamento do interior do Brasil desencadeado pela FBC a partir dos anos 1940 logo foi ganhando evidência, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Sem demora, as novas áreas ocupadas pelas ações da FBC passaram a ser cobiçadas por pesquisadores de várias nacionalidades, sem contar o interesse das instituições de pesquisa nacionais. Diante disto, a pesquisa científica passou a ter grande relevância entre as disposições da FBC, sendo a sua função, como já dito, não só a de organizar expedições com vistas ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, como também de colaborar com órgãos de pesquisa interessados em investigar as riquezas naturais do Brasil Central.

Se atentarmos para a quantidade de documentos relacionados às pesquisas desenvolvidas durante a atuação da FBC, concluiremos que de fato a atividade científica foi constante durante a existência deste órgão. São mais de 800 páginas de documentos relativos a estudos técnicos e científicos desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960. O conteúdo desta documentação é bem diverso, destacando-se, entre eles: convênios entre o Governo brasileiro e entidades de pesquisa nacionais e

internacionais; relatórios de pesquisas; artigos produzidos com base nos estudos desenvolvidos nas áreas de atuação da FBC; pedidos de auxílio por organismos de pesquisa; programas e projetos de pesquisa elaborados por instituições 'parceiras' (nacionais ou estrangeiras); textos relacionados à atividade científica estrangeira no país e a questão da soberania nacional.

É importante pensar que a fiscalização não era tão eficaz. A respeito disto, é conveniente citar o caso do Inglês Ezequiel Adrien. Este pesquisador passou o ano de 1946 explorando as riquezas naturais da região do alto Rio Tapajós (Estado do Pará) por iniciativa própria, alegando desconhecer o proprietário da área explorada. No início de 1947, Ezequiel Adrien recebeu a notícia de que a área por ele explorada era de propriedade da FBC. Diante do alerta, ele próprio buscou as autoridades locais da FBC no intuito de prestar contas daquilo que explorou ilegalmente. Não bastasse, pediu para continuar com os estudos alegando contribuir com a ciência no Brasil, solicitando à FBC, ajuda financeira para prosseguir com seu trabalho. Fato curioso foi a decisão da autoridade local da FBC – Braz Dias de Aguiar – diante deste acontecido. Em ofício à FBC, Ezequiel Adrien relata que:

> Procurou, logo no início de 1947, o antigo e pranteado Chefe da mesma Fundação, no Setor Norte – Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, relatando a esse ilustre patriota, sincera e lealmente, tudo quanto coletara nas suas investigações, tudo quanto vira e descobrira, quer no campo do reino vegetal, quer naquele de sua especialização, o mineral. Tão impressionante e tão bem acolhido fora aquele seu relato àquela alta autoridade, que como estímulo e prêmio aos seus trabalhos lhe concedeu autorização escrita para explorar as terras da Fundação[5].

A documentação revela que Adrien encontrou valiosas riquezas na região por ele explorada. Entre elas destacam-se jazidas de tantalita, ouro, diamantes e petróleo, do reino mineral, além de madeiras de lei de variada qualidade, do reino vegetal. Mesmo atuando às escondidas por quase um ano, após se revelar à autoridade local da FBC, esta se mostrou conivente com o pesquisador. Neste sentido, é importante observar que a decisão de Braz Dias foi motivada pelo interesse da FBC nas riquezas

[5] Ofício ao Presidente da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1948. Assinado por Ezequiel N. Adrien. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

encontradas por Adrien. Por outro lado, é perceptível certo 'abrandamento' da FBC em relação aos interesses de pesquisadores estrangeiros em território nacional.

Na medida em que a FBC avançava com seu trabalho de desbravamento, concomitantemente expandia as atividades de pesquisadores nestes locais. No caso das missões científicas, estas se concentraram principalmente nas localidades menos conhecidas dos então estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Muitas destas regiões já haviam sido visitadas por pesquisadores nacionais e estrangeiros ainda no século XIX, entretanto, a atuação da FBC facilitou os acessos às localidades mais longínquas. Isto foi possível por conta dos postos avançados que eram montados na esteira do serviço de vanguarda.

A FBC continha em seus arquivos documentais uma rica literatura sobre alguns pesquisadores que realizaram expedições ao longo do século XIX e início do século XX, nas áreas sob seu domínio. Esta literatura, por seu lado, referia-se a vários cientistas que se ocuparam em desvendar o solo, a flora e a fauna do Brasil Central, principalmente nas regiões do Rio das Mortes, Xingu e Tapajós. Compreende-se, com isso, que a existência destes estudos nos arquivos da FBC se explicava pela necessidade, por parte dos pesquisadores desta instituição, de obter o máximo de informação possível sobre as regiões desbravadas. Neste sentido, a experiência de pesquisadores que estiveram nas áreas de atuação da FBC no passado (principalmente durante o século XIX), viria a contribuir diretamente com os estudos desenvolvidos pela instituição, a partir dos anos 40. Entre os pesquisadores que constam nesta literatura, destacam-se: William Chandless, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Henri Coudreau, Hermann Meyer, Max Schmidt, Vincenzo M. Petrullo, entre outros[6].

[6] Descrição do documento: Chandless William (Relatório com mapas do levantamento dos Rios Mauhé, Abacaxis e Canumã, 186?); Karl von den Steinen (Mapa do levantamento do caminho por terra de Cuiabá ao Batovy e da descida por este e pelo Xingu até Forte Ambé, 1884); Paul Ehrenreich (Finda a segunda expedição de Steinen, da qual ele fez parte. Ehrenreich voltou por terra de Cuiabá pelo Sul de Goiás, 1888); Henri Coudreau (O autor levantou em 1895-1896 o Tapajoz de Itaituba ao Slato Augusto e o Telles Pires até as "Sete Quedas", 1897); Hermann Meyer (Fez em 189? E 1898 duas expedições aos formadores do Xingu. Não consta que tivesse publicado relatórios e mapas, entretanto é muito provável que tivesse feito levantamentos topográficos, pois especialmente a sua última expedição foi feita com grandes recursos. 1898); Max Schmidt (Descrição da viagem feita pelo autor em 1900-1901, de Cuiabá ao Culissehu até a aldeia dos Auetí. 1901); Vincenzo M. Petrullo (Petrullo em 1931 fez dois vôos de reconhecimento sobre o Culissehu, Coluene e Sete de Setembro, visitando depois esses rios em canoa. 1931). Literatura sobre os formadores do Xingu, o Telles Pires e o Canumã, Rio de Janeiro, 1947. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

A grande riqueza natural do Brasil encorajou pesquisadores de várias regiões do mundo a desenvolverem suas pesquisas neste país. Alguns deles, por exemplo, optavam em residir definitivamente por aqui, sendo até naturalizados. Vale destacar, a pretexto destas informações, o caso do alemão Heinrich Maximilian Friedrich Hellmuth Sick, mais conhecido como Helmut Sick. Este pesquisador chegou ao Brasil em 1939, interessado em coletar dados a respeito das aves brasileiras. Após iniciar sua expedição em território nacional resolveu não retornar à Alemanha, decidindo permanecer no Brasil e continuar seus estudos. Em 1946 Helmut Sick foi admitido pela FBC, na função de pesquisador, transformando-se num dos principais ornitólogos do país ao longo do século XX.

Durante sua passagem pela FBC, Sick desenvolveu vários estudos sobre aves, vegetais e minerais do Brasil Central. Outrossim, também se interessou em conhecer alguns hábitos indígenas durante suas expedições ao interior do Brasil, realizando, com isso, alguns estudos sobre determinadas tribos indígenas da região do Mato Grosso. Por fim, fez parte de projetos elaborados pelo Museu Nacional em parceria com a FBC, além de participar diretamente da elaboração do projeto que visava criar um Museu de Zoologia e Botânica em Aragarças.

Helmut Sick trabalhou na FBC por mais de quinze anos, precisamente entre os anos de 1946 e 1960. Ao longo desse tempo conseguiu coletar valioso e abundante material da fauna e flora brasileiras, reunindo importantes coleções de material zoológico. Estas coleções foram organizadas em colaboração com institutos científicos nacionais e estrangeiros. Grande parte de suas pesquisas, pelo menos as que ele considerou como as mais valiosas, foram desenvolvidas na região do Rio das Mortes e na região do Alto Xingu. Muitas espécies de aves destas regiões eram desconhecidas pela ciência, sendo descobertas e catalogadas pioneiramente por este naturalista. Em relatório à FBC, Sick relata um pouco de sua experiência na região do Xingu:

> Seguindo á Expedição cheguei em Julho de 1947 no Acampamento Jacaré onde fiquei durante meio ano, voltando ao Rio em fevereiro do corrente. Trouxe de lá ricas coleções de material naturalístico, conservado seco e em líquido para servir a pesquisas sistemáticas. O meu interesse principal é pelo estudo da vida dos animais da região, especialmente dos pássaros, assunto sobre o qual reuni muitos

dados[7].

Inúmeros estudos de Sick ganharam notoriedade tanto no cenário nacional quanto no internacional. Como já exposto anteriormente, muitas de suas produções científicas foram publicadas em parceria entre a FBC, o Museu Nacional e algumas instituições de pesquisa científica. Sick também representou a FBC em alguns eventos científicos internacionais, sendo o XI Congresso Mundial de Ornitologia, realizado na Basileia, Suíça, entre os dias 24 de maio e 12 de junho de 1954, o mais importante deles. O Congresso reuniu cientistas do mundo inteiro, contando com a participação de mais de 600 ornitólogos. Durante o evento Sick promoveu uma conferência sobre a 'avifauna brasileira'.

Entre as realizações de Sick que mais se sobressaíram nos meios científicos, destacam-se: amplas coleções de material zoológico, compreendendo mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e outros invertebrados; variadas coleções de material botânico, abrangendo material seco para herbário e espécimes frescos para viveiro; estudos ecológicos, anotados e ilustrados por desenhos; estudos etnográficos, especialmente tocando a zoologia, a botânica e a fisiologia humana; documentação fotográfica, relativa à fauna e a flora do Brasil Central, referente aos índios da região e relativa às atividades da Expedição Roncador-Xingu.

Os resultados originários destas pesquisas foram publicados em numerosas revistas científicas nacionais e estrangeiras, além de serem aproveitados em publicações de livros e jornais. Entre estas publicações, destacam-se três valiosas descobertas deste pesquisador a respeito da natureza do Brasil Central, cujos títulos dos trabalhos são: *Sobre a extração do sal de cinzas vegetais pelos índios do Brasil Central*, publicado pela Revista do Museu Paulista, em 1949; *Uma nova raça de cardeal procedente do Brasil Central, "Paroaria Baeri Xinguensis"*, publicado pela Revista Brasileira de Biologia, em 1950; *Um novo Piprídeo do Brasil Central: "Pipra Vilasboasi"*, publicado também pela Revista Brasileira de Biologia, em 1959[8].

É importante refletir sobre a passagem de Helmut Sick pela FBC. Mesmo

[7] Relatório de Helmut Sick à FBC – Pesquisa Biológica da FBC no Brasil Central; Dr. H. Sick, 07 de março de 1948. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

[8] Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

desempenhando relevante papel no que tange à produção científica no Brasil nos momentos em que esteve vinculado a esta instituição, muitos de seus estudos foram destinados a entidades científicas alemãs gratuitamente. Esta atitude pode ser questionada, tendo em vista o contexto histórico da época, ainda marcado pelo interesse estrangeiro em conhecer – e extrair – as riquezas naturais do Brasil. Uma quantidade significativa de materiais coletados por Sick foi enviada a Centros de pesquisa e Museus de seu país de origem.

As pesquisas antropológicas também foram bem exploradas durante os anos de atuação da FBC. Das instituições brasileiras o Museu Nacional foi a que mais investiu em expedições destinadas a desvendar as particularidades dos nativos do Brasil Central. Com relação aos estrangeiros, principalmente estadunidenses, ingleses, alemães e franceses se revezavam em missões pelo interior do Brasil com o propósito de coletar o máximo de dados possível sobre os índios daqui. A documentação da FBC mostra duas grandes expedições antropológicas na década de 1940, sendo elas, a do antropólogo estadunidense Harry B. Wright e a do canadense Kalervo Oberg. Sobre a expedição de Wright, que ocorreu em 1947, os documentos não são tão claros quanto às intenções deste pesquisador, o que é bem intrigante. No caso de Oberg, este desenvolveu estudos etnológicos no Xingu, em expedição organizada pelo Instituto *Smithsonian,* durante o ano de 1948*.* Esta expedição, por sua vez, foi questionada pelo então presidente da FBC naquele momento, Viçoso Jardim, alegando que também deveriam participar da expedição brasileiros de boa idoneidade, a fim de evitar 'permutas não necessárias' ao objetivo dos estudos em vista. Em resposta ao presidente Viçoso Jardim, o diretor da *Smithsonian Institution*, Donald Pierson, encaminhou a seguinte justificativa:

> Pode ficar certo de que representantes, como Dr. Oberg e eu, da Smithsonian Institution, a qual possui longa tradição de pesquisas em várias partes do mundo, têm interesse apenas em estudos que proporcionem adições aos nossos conhecimentos; nunca em competições estéreis e fúteis. É ponto de vista também americano. Aliás, em cartas, e por meio de comunicação verbal, sempre pedi, sinceramente, a colaboração do Museu Nacional e de todas as outras organizações de pesquisa neste grande país. O Brasil é tão extenso e são tão poucos pesquisadores, que há toda a necessidade de cooperação sincera e prolongada[9].

[9] Ofício encaminhado à presidência da FBC. Institute of Social Antropology, Smithsonian Institution,

Outro caso que exige nossa atenção, e que foi motivo de embates entre a FBC, a Presidência da República, o Museu Goeldi (localizado no Estado do Pará) e o Museu Nacional, diz respeito a uma coleção de 9.400 peças de cerâmicas indígenas do Tapajós que a FBC adquiriu, mediante compra, de um estadunidense – Robert Brown – em 1945. Em 1948 o governo do Estado do Pará solicitou à Presidência da República a doação, pela FBC, desta coleção ao Museu Goeldi. A FBC, por sua vez, não concordou com a decisão da presidência, causando certo estranhamento entre estas instâncias de poder. No início de 1951, o Museu Nacional interveio no caso solicitando à FBC, por empréstimo, a coleção de cerâmicas para realização de estudos. Neste caso a FBC decidiu, por meio de convênio, ceder a coleção ao Museu Nacional, não perdendo a propriedade sobre a mesma. Anos depois, em 1959, esta coleção seria doada definitivamente ao Museu Nacional.

O aspecto mais intrigante deste evento está na aquisição desta coleção de cerâmica pela FBC. A coleção estava sob a propriedade de um norte-americano, guardada numa capela de Santarém, no Pará, e protegida, segundo a documentação, pelo governo dos EUA. Lamentavelmente a documentação não revela como os EUA adquiriram, antes mesmo de instituições brasileiras, esta coleção. É possível que tenha sido por alguma expedição empreendida por cientistas norte-americanos em nosso território, e que tenha passado despercebida aos olhos dos órgãos de fiscalização. O fato é que, mesmo após aquisição pela FBC, esta coleção ainda continuou sendo alvo de cobiça de muitos pesquisadores estrangeiros. Em 1953 a arqueóloga estadunidense Helen Palmatary, do Museu da Filadélfia, esteve no Brasil e desenvolveu muitos estudos sobre esta coleção de cerâmica – grande parte deles publicados nos EUA.

A década de 1960 foi bastante agitada no que concerne às atividades científicas da FBC. Tanto as entidades de pesquisa nacionais quanto as estrangeiras investiram maciçamente, em parceria com a FBC, em projetos científicos no Brasil Central. Estiveram envolvidas em missões científicas no interior de nosso país, instituições nacionais como o CNPq, a Universidade do Brasil (UFRJ a partir de 1965),

Donald Pierson, 20 de maio de 1948. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

a Universidade de São Paulo (USP), além de outros órgãos de pesquisa. Das instituições estrangeiras a que mais merece atenção é a *Royal Geographical Society,* tendo em vista a quantidade de pesquisas desenvolvidas por esta instituição em território nacional. É importante destacar que durante esta década a FBC organizou uma de suas principais expedições de desbravamento do território brasileiro – a Expedição Xavantina-Cachimbo. Além disso, não podemos nos esquecer de que os anos 1960 ficaram marcados pela ascensão, por meio de um golpe, dos militares ao poder, dando início a um regime autoritário – fato que consumou a influência direta do interesse internacional, sobretudo dos EUA, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fundação Brasil Central (FBC) foi a instituição estatal que, entre as décadas de 1940 e 1960, atuou no processo de integração econômica do Brasil Central aos quadros da economia nacional e internacional. Desse modo, esta instituição representava os interesses do Estado brasileiro em ocupar os denominados “espaços vazios” de atividade produtiva do Centro do país (o que engloba áreas das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil). Ao passo que a FBC avançou em sua tarefa de desbravamento do território brasileiro, avançou, concomitantemente, as pesquisas científicas sobre os recursos naturais destas áreas. Na verdade, a organização de programas de pesquisas técnicas e científicas compunha uma das funções do referido órgão. Estas pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de conhecer e explorar os recursos naturais do Brasil Central.

Fizeram parte do trabalho de ocupação da fronteira, as missões científicas que ocorreram no âmbito da FBC. O espaço da fronteira, neste caso, foi também espaço de expansão da atividade científica e, esta última, por sua vez, uma atividade característica do avanço capitalista. Desta maneira, a fronteira do Brasil Central foi terreno para as inovações da expansão capitalista, sendo também, alvo da cobiça imperialista. A análise da documentação da FBC confirma nosso pressuposto inicial, de que as missões científicas vinculadas à FBC foram elaboradas na conjuntura de uma política de domínio territorial. O acervo da FBC apresenta mais elementos que colaboram com a validade deste estudo, pois, ao longo de sua existência, o ritmo da atividade científica no Brasil foi bem mais intenso

Esta pesquisa não esgota todo assunto pertinente aos programas de pesquisa científica que ocorreram no Brasil ao longo do século XX. O estudo aqui apresentado, por sua vez, se limita apenas ao recorte histórico que corresponde ao momento de atuação da FBC. Com isso, algumas lacunas foram abertas, exigindo a continuação de novos estudos a respeito do tema. Contudo, esperamos com este estudo, contribuir com pesquisas futuras acerca das questões aqui levantadas, podendo oferecer informações sobre a realidade histórica, econômica e política do Brasil, especialmente sobre as regiões Centro-Oeste e Norte do país.

REFERÊNCIAS

Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Mast/CNPq, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BECKER, Bertha. A expansão da fronteira e a ocupação do espaço regional – o norte de Goiás – sul do Pará. In: **Anais do Seminário Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina.** Brasília, 1981.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. **História dos irmãos Villas Boas: Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu, Parque Indígena do Xingu**. São Paulo: RG Editores, 1997.

GARCIA, João Carlos Vitor. **Álvaro Alberto: a ciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto:PETROBRÁS, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Cientificas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACIEL, Dulce Portilho. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.** Revista Plurais*,* 2005. v. 1, n.2, p.145-161.

MACIEL, Dulce Portilho. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: LUNA, Divina Aparecida Leonel; XAVIER, Glauber Lopes; LUZ, Janes Socorro (Orgs.). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território**. Anápolis: UEG, 2015, p. 245-260. (Coleção Tessituras do Cerrado).

MACIEL, Dulce Portilho. **Pesquisa Científica Rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância**. Anápolis, 2006. Projeto de Pesquisa. (Relatório Final de Atividades). Mimeo.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTINS, José de Souza**. Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza**. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In: SOARES, Luiz Carlos (Org.) **Da Revolução Científica à Big (Business) Science.** São Paulo: Hucitec / Niterói: EdUFF, 2001. p. 155-200.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000.

Recebido em 20/09/2024
Aprovado para publicação em 16/12/2024